

A ARGUMENTAÇÃO EM TEXTO DE ALUNO DO 2º ANO DO CURSO DE SECRETARIADO EXECUTIVO BILÍNGÜE

CELSO ALMIRO HOFFMANN¹

RESUMO: A Lingüística apresentou nos últimos trinta anos uma grande evolução, principalmente na argumentação, em que os elementos extralingüísticos, ou seja, pragmáticos, ocupam um espaço decisivo. A pragmática deu forma pedagógica à polifonia, através de elementos argumentativos como os tempos verbais, operadores argumentativos, pressupostos e os modalizadores, permitindo, dessa forma, que seja levada à sala de aula. Nessa nova concepção de linguagem parte-se do pressuposto de que todo falante tem uma intenção e que o interlocutor está disposto a cooperar e aceitar o que está sendo veiculado, por considerar, em princípio, que o texto recebido tem utilidade.

PALAVRAS-CHAVE: Pragmática; Lingüística; Argumentação; Linguagem.

ABSTRACT: Linguistics presented a great evolution in the last thirty years, mainly in argumentation, in which the extralinguistic elements, that means,

¹ Mestre em Lingüística Aplicada. Professor Assistente do Curso de Secretariado Executivo Bilíngüe da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/Campus de Toledo. Membro do Grupo de Pesquisa em Secretariado Executivo Bilíngüe – GPSEB. ds.hoffmann@terra.com.br

pragmatic, have a decisive space. Pragmatics gave pedagogical form to poliphony through argumentative elements such as the verbal tenses, argumentative operators, presuppositions and modalization, allowing to be taken into the classroom. In this new conception of language, it can be assumed that all speaker has an intention and that the interlocutor agrees to cooperate and accepts what has been considered at first, that the received text has a utility.

KEY-WORDS: Pragmatic; Linguistic; Argumentation; Language.

1 INTRODUÇÃO

Avaliar a produção lingüística, envolvendo elementos argumentativos pragmáticos e da análise do discurso – na disciplina de Língua Portuguesa, no segundo ano do Curso do Secretariado Executivo Bilíngüe, – é o objetivo do presente trabalho. A introdução da força argumentativa de uma série de elementos lingüísticos nas aulas dessa disciplina é uma necessidade para a sua qualificação. Segundo Koch (1996), essa qualidade começa com o conhecimento dos usuários da língua do valor argumentativo dessas marcas para percebê-las, seja na produção, seja na recepção de textos, pois a argumentatividade não constitui apenas algo acrescentado ao uso lingüístico, mas, pelo contrário, está inscrita na própria língua.

E, em conseqüência, caberia indagar se a qualidade do ensino dessa disciplina no Curso é aceitável, se tem correspondido ao que dela se espera, ou seja, se tem privilegiado o aspecto argumentativo no desenvolvimento pedagógico nas aulas de língua portuguesa. Para Koch (*op. cit.*), a ausência desse aspecto nessas aulas pode ter caráter ideológico, já que a neutralidade seria um mito.

Assim, a qualidade desse ensino vai ser mensurado analisando-se e avaliando-se a produção lingüística de aluno. Obviamente, a avaliação não poderá ser a nível de conhecimento ou de compreensão, mas de uma forma que alcance os níveis de análise, síntese e/ou avaliação (Bloom et al., 1983).

A Lingüística, de acordo com Suassuna (1995: 78), “vem passando por um processo histórico de redefinição que lhe atinge as questões centrais: método, objeto, terminologia, enfim, as dimensões mesmas de uma ciência”. De um lado, há um contexto de crise e fracasso no ensino de Português; de outro, a Lingüística, com seus

domínios ampliados, vem se repensando, também em clima de crise. Mas, apesar de alguns sinais críticos, é visível o avanço dessa ciência na área argumentativa.

Nesse repensar, encontra espaço para avanços já sensíveis da Pragmática e da Análise do Discurso norteando-se por aquilo que, até pouco tempo, era tomado quase que inteiramente pelo estruturalismo. A argumentação começa a ganhar força com Bahktin (1929, apud Koch, 1998: 50), para quem “a palavra é o produto da relação recíproca entre falante e ouvinte, emissor e receptor. Cada palavra expressa o “um” em relação com o outro”.

A textualidade encontra novos elementos para a sua definição com elementos não-lingüísticos, ou seja, com os usuários que são introduzidos nas novas formulações para que um texto seja de fato um texto, por Beaugrande e Dressler (1981), com a intencionalidade e a aceitabilidade, ou seja, para que uma manifestação lingüística constitua um texto, é necessário que haja uma intenção do produtor em apresentá-la – e a dos parceiros em aceitá-la como tal, numa situação de comunicação determinada.

Daí que, para Koch (1998), a coerência não constitui uma propriedade ou qualidade do texto em si: o texto é coerente para alguém, em dada situação de comunicação específica. Esse alguém, para construir a coerência, deverá levar em conta não só os elementos lingüísticos que compõem o texto, mas também seu conhecimento enciclopédico, crenças, convicções, pressuposições, e contexto sócio-cultural, por exemplo. Assim, para Koch (*op. cit.*), dentro da concepção de linguagem como atividade interindividual, o processamento textual, quer em termos de produção, quer de compreensão, deve ser visto também como atividade tanto de caráter lingüístico, como de caráter sociocognitivo.

A interação social por intermédio da língua caracteriza-se fundamentalmente pela argumentatividade, já que, por meio do discurso – ação verbal dotada de intencionalidade – tenta influir sobre o comportamento do outro ou fazer com que ele compartilhe pelo menos em parte de suas opiniões, pois, de acordo com Koch (1996), a todo discurso subjaz uma ideologia, na acepção mais ampla do termo. Suassuna (1995: 78) resume a abordagem dos avanços da Lingüística em direção ao que geralmente se denomina de elementos extralingüísticos:

Nos últimos tempos, parece que as preocupações dos estudiosos começam a se dirigir para a superação do nível da frase e para a inclusão, na análise da linguagem, de novos fatores como texto, contexto, intenções e atitudes do falante em relação à prática da língua. A valorização da fala e do discurso representou o fim das análises lingüísticas pautadas num modelo abstrato e ideal de língua. Caminha-se hoje para um redimensionamento da Lingüística como ciência, cujo objeto agora é o discurso. Ou, se se preferir, investiga-se a linguagem em seu caráter discursivo.

Sobre essa posição, acrescenta que pode-se caracterizar Análise do Discurso como uma forma não convencional de abordagem da linguagem, na medida em que ela se põe como crítica às teorias mecanicistas e idealistas, e também pelo fato de ela incluir o ideológico em seu instrumental teórico.

Em decorrência dessa posição, há uma nova definição do que seja texto que, de acordo com Koch (1998), se constitui enquanto tal no momento em que os parceiros de uma atividade comunicativa global, diante de uma manifestação lingüística, pela atuação conjunta de uma complexa rede de fatores de ordem situacional, cognitiva, sociocultural e interacional, são capazes de construir, para ela, determinado sentido. Pensar a linguagem implica, segundo Elia (1987, apud Suassuna, 1995), necessariamente, pensar o contexto em que ela se atualiza. Nesse sentido, temos de levar em conta o que ela tem de complexo e variável, e a sua incompletude.

Orlandi, 1983 (apud Suassuna, 1995), estabelece parâmetros para o que seja texto e discurso:

As marcas da linguagem serão as do texto – ele é complexo, objeto histórico produzido em determinadas condições. Quando lhe atribuímos unidade, materialidade, nem por isso desconsideramos sua natureza extraverbal e pragmática. O texto é ele próprio e o contexto. Não se define, portanto, por sua extensão ou por ser um conjunto de elementos lingüísticos; ao contrário, define-se no próprio uso da linguagem. Assim também é o seu sentido, que não é dado, nem preexistente, mas se constrói nas relações que ele mantém consigo e com a exterioridade.

Dessa forma, considera essa lingüista a relação dialógica básica

para a caracterização da linguagem que inclui a ação dos interlocutores na enunciação entre as condições de produção do texto, observando que ela determina as formas de estruturação do discurso, isto é, constrói-se o discurso de uma forma ou de outra, em virtude do tipo de interlocução que se quer estabelecer.

As condições de produção, portanto, envolvem o contexto histórico e social em que se dá o ato lingüístico, em que, em contrapartida ao texto, há o discurso do sujeito em sua relação necessária com a ideologia, tenso, contraditório, obscuro, segundo Suassuna (1995).

1.1 Alguns elementos específicos da argumentação

Quanto à natureza argumentativa da linguagem, podemos ficar com as palavras de Suassuna (1995: 117) que,

parte do princípio de que o uso da linguagem é uma prática sócio-histórica, um modo de vida social. O fato de a língua ter uma natureza essencialmente social lhe retira qualquer sinal de vestígio de transcendência sobre o indivíduo e lhe atribui valores, constituídos na e pela dinâmica da história. Considerando que a linguagem se institucionaliza historicamente, **aceito também sua veia jurídica, ou seja, a linguagem é um forma de ação sobre o outro e sobre o mundo, e essa ação é marcada por um jogo de intenções e representações.** (Grifo meu.)

Corroborando essa posição Koch (1995: 29), ao afirmar que “não basta conhecer o significado literal das palavras ou sentenças de uma língua; é preciso saber reconhecer todos os seus empregos possíveis, que podem variar de acordo com as intenções do falante e as circunstâncias de sua produção”. Essa lingüista confirma essa posição ao colocar que os diversos tipos de relações intertextuais só podem ser explicitados de maneira adequada por uma teoria lingüística que leve em conta não apenas os enunciados efetivamente produzidos, mas, sobretudo, o evento particular que constitui a sua enunciação.

Para Koch (op. cit.), sempre há uma intenção ou um objetivo por parte de quem produz um texto; ele veicula crenças, convicções, perspectivas e propósitos. Dessa forma, somos obrigados a admitir que sempre existe uma argumentatividade subjacente ao uso da

linguagem.

1.2 Elementos socioculturais/argumentativos da pragmática e da análise do discurso

Beaugrande & Dressler (1981), estabeleceram **cinco fatores extralingüísticos** como auxiliares de outros, lingüísticos, para que um texto alcance o que denominamos de textualidade; são esses fatores denominados de socioculturais e/ou contextuais – **a intencionalidade, a aceitabilidade, a situacionalidade, a informatividade e a intertextualidade.**

Todo falante precisa demonstrar que sua intenção é a de apresentar a sua manifestação lingüística como um texto, e que o seu interlocutor precisa aceitá-lo como tal. A elaboração do texto vai ser um resultado das **intenções desse falante**, ou seja, se ele quer *informar, impressionar, alarmar, convencer, pedir ou ofender.*

Por outro lado, o interlocutor deve receber esse texto como tendo utilidade, relevância para que lhe seja útil, interessante. Segundo Koch (1997), a sua atitude deve se caracterizar como cooperativa, isto quer dizer que ele envidará todos os esforços para preencher as eventuais lacunas do texto para que ele tenha sentido.

Segundo Val (1994), a **intencionalidade** diz respeito ao empenho do produtor em construir um discurso coerente, coeso, capaz de satisfazer os objetivos que tem em mente numa determinada situação comunicativa; enquanto a aceitabilidade diz respeito à atitude do interlocutor, ou seja, a de receber o que lhe é apresentado como um texto coeso e coerente e que lhe será útil, interessante. Para tanto, Koch (1996), considera que o emissor do texto mobilizará todos os fatores de textualidade de que disponha, inclusive os diversos tipos de texto como o *científico, o didático, o dissertativo, o argumentativo*, por exemplo.

A **situacionalidade**, por sua vez, tem muito a ver com a situação em que o texto é produzido. Para Koch (1996), um texto pode ser coerente numa situação e não coerente em uma outra; daí, portanto, a necessidade da adequação do texto à situação comunicativa. Exemplo concreto de escritos dependentes da situação – ainda que lacônicas, são mais apropriadas à situação específica em que são usadas do que um longo texto explicativo – *são as placas*

indicativas de direção, de silêncio em hospitais, indicativas de salas e seções em instituições diversas.

Para Beaugrande & Dressler (op. cit.), outro fator de textualidade é a **informatividade**, pois o interesse do receptor/interlocutor vai depender do grau das informações que o texto veicular; se o texto apresenta ocorrências esperadas ou não, se conhecidas ou não. Para Val (1994), um texto menos previsível é mais informativo, ainda que a sua recepção seja mais trabalhosa; um texto com informações totalmente novas poderá ser rejeitado, pela dificuldade do processamento de suas informações. Para essa lingüista, o ideal é manter um nível médio de informações, tendo equilíbrio entre as informações de processamento imediato com aquelas de processamento mais trabalhoso, mas que trazem a novidade.

Um texto é um cadinho em que são filtrados vários textos que têm a ver com a sua textualidade, segundo Beaugrande & Dressler (1981), pois **o conhecimento de outros textos** é condição imprescindível para que a adequada recepção e recepção textual se realize. É grande o número de textos cujos sentidos são apreendidos somente na condição de que sejam entendidos outros textos de que se originam as informações trabalhadas.

Para Koch (1998), a existência de um texto sempre prevê a existência de um discurso prévio, ou mais, de cujo conhecimento lança mão implícita ou explicitamente; é intertextualidade **explícita** quando há a citação da fonte do intertexto como, por exemplo, *nas citações, nos resumos*; é **implícita** quando não há a citação da fonte de onde a informação vêm, como é o caso quando as fontes são *alusões, paródias e paráfrases*.

A **intertextualidade** ainda pode ser **interna** quando um discurso se define por sua relação com discursos do mesmo campo, segundo Brandão (1997: 91), exemplo são os discursos religiosos; ou **externa** quando um discurso se define por sua relação com discursos de campos diferentes; exemplo é um discurso literário citando passagens bíblicas, como **Olhai os lírios do campo**, de Érico Veríssimo.

Os **operadores argumentativos**, termo cunhado por Ducrot (apud Koch, 1997), são nexos lingüísticos sintáticos, explicitamente colocados no enunciado que visam a levar o

interlocutor do discurso a uma determinada conclusão. Quando os argumentos têm o mesmo peso e por finalidade levar à mesma conclusão, temos uma **classe argumentativa**; e temos a **escala argumentativa** quando um conjunto de enunciados de uma mesma classe tem por objetivo a mesma conclusão. Na teoria da argumentação, Ducrot defende o ponto de vista de que essa atividade deve deixar marcas na organização da frase. Nesse sentido, podemos concluir que a pragmática tem finalidade didático-pedagógica, já que explicita como a argumentação pode ser operacionalizada, principalmente em sala de aula.

Esses operadores argumentativos são resultado do rompimento de Ducrot (apud Indursky, 1989: 95), com a concepção fortemente estabelecida na lingüística, da **unicidade do sujeito da enunciação**; para isso, redimensiona o conceito de polifonia, procurando analisá-la ao nível de **enunciado através de marcas lingüísticas**, trazendo o termo para o interior da **pragmática lingüística**, da qual fazem parte tais operadores.

Há **dois tipos de polifonia**, segundo Ducrot (op. cit): a) acontece quando, no mesmo enunciado, se tem mais de um locutor e corresponde àquilo que chamamos acima de intertextualidade explícita: *discurso relatado, citações, referências, argumentação por autoridade*; b) refere-se, em parte, e transcende ao que foi chamado acima de intertextualidade implícita; são, no mesmo enunciado, enunciadores que representem perspectivas diferentes, sem necessidade de lançar mão de textos existentes. De acordo com Koch (1998: 51), essa noção de polifonia abre amplas possibilidades de poder se explicar uma série de fenômenos discursivos classificados de acordo com “**a atitude de adesão ou não do locutor à perspectiva polifonicamente introduzida**”.

Casos em que há adesão (L = E1), estão:

1. **pressuposição** – em que há dois enunciadores: o primeiro (E1), responsável pelo pressuposto e outro (E2) responsável pelo posto;

Grande força argumentativa têm esse operador argumentativo, cujo papel é o de apresentar conteúdos **pressupostos**; segundo Koch (1996: 52), “os pressupostos são dados como previamente aceitos pelo interlocutor, podendo a sua rejeição ser considerada afronta pessoal e como conseqüência interromper o diálogo”. É uma forma

de dizer alguma coisa implicitamente. Exemplo: Antônio Carlos *continua* jogando no Santos. Assim: Antônio Carlos joga no Santos (posto) – (E1); Antônio Carlos jogava no Santos antes (pressuposto) – (E2).

2. **paráfrase** – em que pode ser percebida a presença de outro texto. Exemplo de paráfrase de Carlos D. de Andrade, no poema “Europa, França e Bahia” do texto de Gonçalves Dias, *Canção do Exílio*: Meus olhos brasileiros se fecham saudosos/Minha boca procura a “Canção do Exílio”./Como era mesmo a “Canção do Exílio”?/Eu tão esquecido de minha terra.../Ai terra que tem palmeiras/Onde canta o sabiá.

3. **argumentação por autoridade** – argumenta-se a partir de:

a) provérbios e ditos populares. Exemplo: *Aquele vizinho costuma falar e xingar muito, mas são só palavras. (Cão que ladra não morde.)*

b) enunciados introduzidos por **não só... mas também**, em que a parte de **não só...** não é apenas de responsabilidade do locutor. Exemplo: *João Carlos não só é um rapaz educado como também persistente. Um bom rapaz é aquele que é educado.* – (E1)

c) a utilização do futuro do pretérito com valor metafórico, ou seja, há uma voz a partir da qual se argumenta, mas cuja responsabilidade não se assume; recurso muito utilizado na linguagem jornalística; (O governo **tomaria** uma medida mais adequada ao momento se substituísse o ministro da fazenda.)

d) a utilização de expressões como **parece que, segundo X**, a partir das quais se **encadeia um posicionamento pessoal**. (**Segundo** Charolles, 1997, são quatro os fatores de coerência de um texto.)

Casos em que, segundo Koch (*op. cit.*) **não há adesão do locutor** à perspectiva polifonicamente introduzida:

1. **negação** – aqui temos dois tipos: a) **a negação metalingüística** que atinge o próprio locutor do enunciado oposto, do qual se contradizem os pressupostos. Exemplo: Pedro não deixou de jogar futebol; ele nunca jogou. (E1 = Pedro jogava futebol); e b) **a negação polêmica**, na qual se encenam dois enunciadores: E1, que produz o enunciado afirmativo e E2 = L, que o contradiz. Exemplo: *Jorge não é um associado participativo; ele é até bastante ausente do clube.* (E1 = **Pedro é associado**.)

2. **ao contrário, pelo contrário** – esses enunciados, segundo Koch (*op. cit*) contraditoriamente, não se opõem ao segmento anteriormente expresso que tem a mesma orientação argumentativa, mas à perspectiva do enunciador E1, polifonicamente introduzida. Exemplo: Martinho não é um companheiro sincero, tem-se mostrado bastante desleal. (E1 = Martinho é um companheiro sincero.)

3. **aspas de distanciamento** – nesse caso, há um primeiro enunciador (E1), que é responsável pelo uso do enunciado ou expressão; e um segundo (E2=L) que utiliza – aspeado – o que é dito pelo primeiro, para dessa forma, manter distância, eximir-se de qualquer responsabilidade sobre o que é dito. Exemplo: A empresa de ônibus Penha apresenta como slogan “**Vá e venha pela Penha**” mas o qual não é adequado à realidade econômica da maioria dos aposentados.

Os operadores *mas, porém, no entanto, entretanto, todavia* que apresentam argumentos orientados para conclusões contrárias; é o seu argumento, além de contrário, também predominante em relação com aquele que se defronta. Exemplo: O time jogou mal, **mas** ganhou.

Não têm a mesma força argumentativa os operadores do grupo de que fazem parte *embora, ainda e apesar de (que)*; estrategicamente é outra a sua postura por antecipar a apresentação do seu argumento que é também o mais fraco entre os envolvidos. Exemplo: **Embora** tenha jogado bem, o time perdeu.

Bastante empregados são os operadores que somam argumentos para uma **mesma conclusão**, como, por exemplo, *e, também, não só... mas também, além de, além disso*, grupo ao qual pode-se acrescentar *aliás*.

Os operadores argumentativos que apontam **conclusão** para um argumento ou conjunto de argumentos apresentados anteriormente dos quais fazem parte *portanto, logo, por conseguinte, pois, em decorrência, conseqüentemente*, segundo Koch (1996). Esses elementos que apontam conclusão necessitam de cuidados pedagógicos especiais quando apresentados em sala de aula, para que o seu emprego formal não invalide a sua força argumentativa, já que, via de regra, exercem função macroestrutural no texto, sendo fator de coerência – a articulação, de grande valia.

Certos operadores apresentam numa escala o argumento mais forte para uma determinada conclusão; são mesmo, até mesmo, inclusive; ou podem apresentar o argumento mais fraco, como ao menos, pelo menos, no mínimo.

É preciso fazer uma ressalva com relação a uma série de operadores cujo valor retórico ou argumentativo é estabelecido pela pragmática, mas que, na gramática normativa da língua portuguesa, não são incluídas em nenhuma das dez classes gramaticais e, segundo Cegalla (1984: 224), são chamadas de **palavras e locuções denotativas**. É o caso de *felizmente, infelizmente, ainda bem, eis, exclusive, menor, exceto, fora, salvo, inclusive, também, mesmo, ainda, até, ademais, além disso, só apenas, apenas, somente, mesmo, embora, aliás, isto é, por exemplo*.

É a macrossintaxe ou semântica argumentativa, segundo Koch (1996), que traz esses elementos lingüísticos para a enunciação pelo seu valor argumentativo. Assim, é o caso de **aliás e além do mais** que introduzem um argumento decisivo para determinada conclusão; de **mesmo, até, até mesmo, inclusive** que apresentam o argumento mais forte uma determinada conclusão. Exemplo: *A festa estava boa, havia muita gente, diversas autoridades políticas e eclesiásticas, até mesmo o governador do Estado esteve presente*.

Os tempos verbais exercem grande força argumentativa no texto e são tomados como parâmetro para a distinção entre dois tipos de atitude comunicativa – o mundo comentado e o mundo narrado, segundo Weinrich (apud Koch 1997: 51).

No **mundo comentado**, há a responsabilidade, o comprometimento do locutor com aquilo que enuncia; enfim, o locutor assume o que é dito no seu discurso. O uso dos tempos verbais do comentário torna um texto explicitamente opinativo, crítico, argumentativo; e esses tempos são *presente (jogo), futuro do presente (jogarei), pret. Perf. composto (tenho jogado), futuro do presente composto (terei jogado), além das locuções verbais formadas por esses tempos (estou jogando, vou jogar)*.

No **mundo narrado**, o locutor mantém-se afastado do que diz, a sua atitude é de não comprometimento com o que é dito, é de diálogo, ele simplesmente relata os fatos. Os tempos verbais desse mundo são *pretéritos imperfeito (jogava), mais-que-perfeito (jogara), o pretérito perfeito simples (joguei), o futuro do pretérito (jogaria) e todas as*

locuções em que entram esses tempos (estava jogando, ia jogar, etc.).

Também são importantes na construção de sentido do discurso e na sinalização do modo como aquilo que se diz é dito, segundo Koch (1997: 47), os indicadores **modais ou modalizadores**, que indicam as intenções, sentimentos e atitudes do locutor em relação ao seu discurso. Exemplos de modalizadores são *necessário/possível* (É necessário que os alunos permaneçam estudando); *deverá passar* (Os alunos devem ajudar os colegas mais distantes), *possivelmente*; *certamente* (Certamente ele trará o que foi pedido); *estou certo de que...*; *exige-se que*; o emprego dos verbos *dever* e *poder* (Todos os alunos *devem* realizar as tarefas propostas (*é obrigatório*).

Ao lado dos indicadores de modalidade, há os indicadores atitudinais ou índices de avaliação e de domínio, como os indicadores de atitude ou estado psicológico dos quais o locutor lança mão para se representar diante dos enunciados que produz, segundo Koch (*op. cit.*), como por exemplo, infelizmente, felizmente, francamente. A atitude subjetiva do locutor pode também apresentar-se avaliando ou valorando fatos, estados ou qualidades atribuídas a um referente; são utilizadas expressões adjetivas e formas intensificadoras, como **excelente, extremamente feliz**.

Apresenta-se a seguir o texto “A influência de celebridades fúteis sobre os jovens quanto ao tabagismo”, do qual se fará uma análise dos elementos argumentativos usados e dessa forma avaliar a produção lingüística do aluno.

A influência de celebridades fúteis sobre os jovens quanto ao tabagismo

Márcia Medeiros

É muito comum encontrarmos um grande número de jovens e adolescentes fumando despreocupadamente. O que até pouco tempo atrás era considerado errado, era proibido e praticado às escondidas, hoje tornou-se comum, aceitável e explícito para a sociedade.

05. Mesmo sendo proibida a veiculação de filmes publicitários sobre o cigarro na mídia e com todas as determinações legais que coíbem o tabagismo, como a limitação de locais para o fumo, a cada dia cresce o número de adolescentes fumantes, bem como diminui a faixa etária na qual eles se iniciam no vício do cigarro.

10. Dentre várias possibilidades de influências para o tabagismo na adolescência, uma das mais fortes são as “celebridades fúteis”, que aparecem na mídia geralmente devido a seus escândalos e vida pessoal atribulada, em detrimento de seus dotes artísticos limitados.

15. Infelizmente, tais “personalidades” crescem em proporção assustadora e apresentam uma realidade deslumbrada, alienada e completamente deturpada, onde o cigarro é presença constante e passaporte para a entrada num mundo de drogas pesadas e mais destrutivas.

A mesma sociedade que se apavora diante desta realidade de tabagismo, e conseqüentemente do consumo cada vez maior e livre de bebidas e drogas, é a mesma sociedade que cria, induz e permite passiva e coniventemente a idolatria a pessoas vazias e fúteis, que nada são, nada tem a acrescentar e simplesmente “parecem”.

2 ANÁLISE DOS ELEMENTOS ARGUMENTATIVOS EMPREGADOS NO TEXTO

1. A tese do texto – **o uso crescente do cigarro** – é acompanhada de um pressuposto – **tornou-se comum, aceitável, explícito para a sociedade** – o que para o locutor é grave dados os adjetivos **era errado, era proibido e praticado às escondidas** e que são confirmados pela **sociedade**. Essa ênfase nesse comportamento que é mostrada vai perpassar o texto até o fim.

2. **Mesmo** (l. 5) apresenta as ressalvas à divulgação do cigarro, mas que não têm efeito; **a cada dia cresce o número de fumantes** (l. 7-8).

3. **Celebridades fúteis** (l. 12), que aparecem na mídia devido **a escândalos e vida pessoal atribulada e cujos dotes artísticos são limitados** – são responsáveis por grande parte da divulgação de cigarro.

4. Operador argumentativo **devido** (l. 13)

Há uma crítica à mídia (l. 11-l. 14) do locutor do texto, pois o parâmetro para divulgar as celebridades fúteis, em seus meios de comunicação, geralmente, são os escândalos e vida atribulada, e não os seus dotes artísticos.

5. **Indicadores atitudinais**. O indicador de atitude – **infelizmente** (l. 15) – que representa o estado psicológico do locutor – negativo; esse estado do locutor é devido ao fato de tais

personalidades apresentarem um comportamento **deslumbrado, alienado, e completamente deturpado**, em que cigarro já se confunde com droga.

6. **Aspas de distanciamento – “personalidades”**

Na l. 15, o elemento lingüístico “**personalidades**” é, segundo Koch (1998), um caso de polifonia em que temos o primeiro enunciador (E1), responsável pelo enunciado, expressão ou termo; e um segundo (E2=L), que menciona, aspeando, o que diz o primeiro, para manter distância, isto é, eximir-se ou diminuir a responsabilidade sobre o que está sendo dito.

7. **Tempos verbais**

Predominam no discurso os verbos do **presente do indicativo** que, segundo Weinrich (apud Koch 1997), são tempos do mundo comentado pelo que o locutor responsabiliza-se, compromete-se com o que é enunciado, aderindo explicitamente ao que é dito no texto. Exemplos dos verbos: **coíbem, cresce, diminui, iniciam, são, aparecem, crescem, apresentam, é, apavora, cria, induz, permite, têm, parece.**

8. A sociedade

No último parágrafo o locutor avalia a sociedade pelo seu lado contraditório, ou seja, a sua responsabilidade no aumento do vício de fumar; de um lado, ela se apavora pelo consumo do tabagismo; de outro, **coniventemente, cria, induz e permite a idolatria a pessoas vazias e fúteis.** À sociedade são feitas restrições: a) uma delas, a complacência com o vício do cigarro e daí às drogas e às bebidas; b) **a sociedade** que cria, induz, permite **a idolatria a pessoas vazias e fúteis.**

3 CONCLUSÃO

As atividades pedagógicas de Lingüística em conjunto as de Língua Portuguesa têm sido bem absorvidas pelos alunos do 2º ano do Curso, resultando em produções lingüísticas de boa qualidade. Essas atividades já demonstraram que os elementos lingüísticos – coesão, coerência, pragmática – devem fazer parte das atividades curriculares das disciplinas de Língua Portuguesa I e II, colaborando para a materialização desses elementos em textos de boa qualidade,

sejam orais ou escritos, condição necessária para quem quer atuar no campo executivo em empresas.

REFERÊNCIAS

- ABREU, A. S. **Curso de redação**. São Paulo: Ática, 2004.
- BACCEGA, Maria Aparecida. **Palavra e discurso**. História e literatura. São Paulo: Ática, 1995.
- BLOOM, Benjamin S. **Taxionomia de objetivos educacionais**. 1 domínio cognitivo. Porto Alegre, RS: Editora Globo, 1983.
- BRANDÃO, H. H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 6ª ed. Campinas-S.P. Editora da Unicamp, 1997.
- CEGALLA, D. P. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 24ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1984.
- FIORIN, J. L. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 1988.
- GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988.
- INDURSKY, F. **Relatório Pinotti: o jogo polifônico das representações no ato de argumentar**. In: Guimarães, E. (Org). História e sentido na linguagem. São Paulo: Pontes, 1989.
- História e sentido da linguagem**. Campinas, SP: Pontes, 1989. In: KOCH, I. G. V. **Argumentação e linguagem**. 4ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 1996.
- _____. **A inter-ação pela linguagem**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- _____. **O texto e a construção dos sentidos**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1998.
- KOCH, I. G. V. e TRAVAGLIA, Luiz Carlos. 5ª ed. **Texto e coerência**. São Paulo: Cortez Editora, 1997
- SANTÁ'ANNA, Affonso Romano de. **Paródia, paráfrase & cia**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1985.
- SUASSUNA, Lívia. **Ensino de língua portuguesa**. Uma abordagem pragmática. Campinas, SP: Papyrus, 1995.
- VAL, Maria da Graça Costa. **Redação e textualidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.